

*5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Março de 2011*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação de Propostas de Acta

3.1. - 31.01.2011

3.2. - 11.02.2011

3.3. - 23.02.2011

Ponto 4. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

. Agrupamento de Escolas de Soure
- Agradecimento

Ponto 5. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

. BIBLIOTECAS ESCOLARES
. Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Escolares
- Acordo de Cooperação

Ponto 6. **EDUCAÇÃO**

. Reordenamento da Rede Escolar
- A.N.M.P. - Associação Nacional de Municípios Portugueses

*5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Março de 2011*

Ponto 7. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

- . CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL EM GRANJA DO ULMEIRO
 - Concurso Público
- . Erros e Omissões

Ponto 8. **ACÇÃO SOCIAL** – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL

- . RSI - RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO/PARTICIPAÇÃO
 - Apoio à Reabilitação de Habitações Degradadas

Ponto 9. **SAÚDE** – ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE

- . CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DA FREG. DE SAMUEL
 - Concurso Público
- . Erros e Omissões

Ponto 10. **URBANISMO E URBANIZAÇÃO**

- . CONCEPÇÃO/EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DOS BACELOS - 3.ª FASE
- . REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENTRE OS RIOS ANÇOS E ARUNCA
- . Segunda Ponte Pedonal sobre o Rio Arunca
 - Homologação de Auto de Recepção Provisória

Ponto 11. **URBANISMO E URBANIZAÇÃO** – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENTRE OS RIOS ANÇOS E ARUNCA
- . Candidatura //QREN - mais CENTRO
 - Aprovação “Definitiva” da Alteração N.º 1

***5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Março de 2011***

Ponto 12. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

- . A1 - Auto-Estrada do Norte
- . Sublanço Pombal/Condeixa
- . Nó de Soure
 - Posto de Abrigo – Nova Localização
- . Parecer

Ponto 13. RECURSOS HUMANOS – ESTÁGIOS

- . Protocolos
- . Instituto Pedro Hispano
- 13.1. Curso de Educação e Formação - Operador de Informática
- 13.2. Curso Profissional - Técnico de Informática de Gestão

Ponto 14. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

- . Empréstimo a Médio/Longo Prazo
 - Financiamento de 5 (cinco) Projectos c/ Comparticipação de Fundos Comunitários

Ponto 15. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

***5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Março de 2011***

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente deu início à reunião, não se tendo verificado qualquer intervenção neste ponto.

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares**

Foi tomado conhecimento do(s) licenciamento(s) de obras particulares verificado(s) no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. Apreciação de Propostas de Acta

3.1. - 31.01.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Acta.-----

3.2. - 11.02.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Acta.-----

3.3. - 23.02.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Acta.-----

**Ponto 4. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO
. Agrupamento de Escolas de Soure
- Agradecimento**

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 5. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

***5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Março de 2011***

Posteriormente, foram assinadas Adendas a este Acordo, sempre que novas Escolas passaram a integrar a Rede.

Recentemente, decorreu uma reunião de trabalho com a Direcção Regional de Educação do Centro, a Autarquia, o Agrupamento de Escolas de Soure e o Instituto Pedro Hispano (Estabelecimento de Ensino que integrou a Rede de Bibliotecas Escolares em 2010).

Nesta reunião, a DREC apresentou um Acordo de Cooperação que visa consolidar a parceria já existente entre o Ministério da Educação, a Autarquia e os Estabelecimentos de Ensino do Concelho.

Este documento decorre do Acordo e posteriores Adendas já assinados desde 1997 e vem actualizar novas nomenclaturas, competências e procedimentos à luz da ambiência legal e do funcionamento actual.

Neste quadro, proponho a assinatura do Acordo de Cooperação, em anexo, que consolida a Rede de Bibliotecas Escolares do Concelho de Soure.

A Vereadora*

(Ana Maria Treno, Dra.)

* Por Delegação e Subdelegação de Competências, Despacho
do Exmo. Senhor Presidente da Câmara de 04.11.2009

2011.03.09

O Senhor Presidente referiu que: “trata-se de aprovarmos a subscrição de mais um Acordo de Cooperação, neste caso com a Direcção Regional de Educação do Centro, o Agrupamento de Escolas de Soure e o Instituto Pedro Hispano... Este Acordo de Cooperação, no nosso caso, não trata propriamente da criação de novas Bibliotecas Escolares, mas sim da consolidação da resposta que, na prática, já existe por todo o Concelho.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a subscrição do presente Acordo de Cooperação.-----

Ponto 6. EDUCAÇÃO

. Reordenamento da Rede Escolar

- A.N.M.P. - Associação Nacional de Municípios Portugueses

***5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Março de 2011***

O Senhor Presidente referiu que: “trata-se de um ofício enviado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre o Reordenamento da Rede Escolar no próximo Ano Lectivo... Numa altura em que tem sido notícia o encerramento de mais Escolas, a Associação Nacional de Municípios Portugueses vem recordar às Autarquias que as decisões desses encerramentos, além de deverem respeitar as Cartas Educativas homologadas, deverão também garantir sempre que os alunos de Escolas a encerrar sejam acolhidos em Escolas com melhores condições físicas e pedagógicas... Convirá, ainda, não ignorar que o Ministério da Educação deverá suportar os custos decorrentes do encerramento da Escola com o transporte dos alunos que venham a ser deslocados, bem como, das eventuais obras de adaptação das Escolas de acolhimento.”

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 7. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . **CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL EM GRANJA DO ULMEIRO**
 - **Concurso Público**
 - . **Erros e Omissões**

Foram presentes as seguintes Informações:

Assunto: Desporto e Tempos Livres – Construção de Pavilhão Desportivo Municipal em Granja do Ulmeiro

- **Concurso Público**
- **Erros e Omissões**

No âmbito do procedimento em assunto foram, por vários interessados, apresentadas listas de erros e omissões, ao abrigo do n.º 1 do artigo 61.º do CCP.

De acordo com as análises efectuadas foram considerados rejeitados todos os erros e omissões apresentados.

Considerando que:

1. Com a apresentação de qualquer lista de erros e omissões nos termos do n.º 1 do artigo 61.º do CCP, suspende-se, de acordo com o previsto no n.º 3 do atrás aludido artigo, em 05 de Março de 2011, o prazo fixado para apresentação de propostas, até à publicitação da (s) decisão (ões) que couber à (s) mesma (s).

***5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Março de 2011***

2. O prazo para apresentação de propostas terminaria em 08 de Março de 2011... ora, nos termos do n.º 5 do artigo 61.º do CCP, até ao termo daquele prazo a Câmara Municipal deveria pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados.

3. No que toca à definição da competência legal para a tomada desta (s) decisão (ões), foi solicitado parecer jurídico, que juntamos.

Propõe-se:

- 1) A aprovação da rejeição de todos os erros e omissões apresentados pelos interessados.**
- 2) A publicitação urgente dessa decisão na plataforma electrónica com notificação a todos os interessados, sendo que se reiniciará no imediato a contagem do prazo para apresentação de propostas.**

À consideração superior
(Mário Monteiro, Eng.º.)
(Chef. Div. O.P.M.)
2011-03-07

DESPACHO
De Acordo
À Reunião de Câmara
2011.03.07
(João Gouveia, Dr.)
Presidente de Câmara

e

Assunto: **CONCURSO PÚBLICO – PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL EM GRANJA DO ULMEIRO**
LISTA DE ERROS E OMISSÕES
COMPETÊNCIA PARA A DECISÃO

Relativamente às dúvidas/questões que nos foram colocadas sobre o assunto em epigrafe, pelo Chefe de Divisão de Obras Públicas, somos a informar.

O n.º5 do artigo 61.º do CCP prevê que até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificadas pelos interessados.

Ora, no presente concurso público de empreitada de obras públicas, o órgão competente para a decisão de contratar é a Câmara Municipal.

***5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Março de 2011***

O termo do prazo para a apresentação de propostas, e igualmente para decidir os erros e as omissões identificadas pelos interessados, termina amanhã dia 08/03/2011.

Atenta a proximidade do prazo, seria muito difícil ou mesmo impossível, reunir, ainda que extraordinariamente, o executivo municipal para se pronunciar sobre a matéria em questão, sendo certo, que por deliberação da Câmara Municipal de 06/11/2009, todas as competências legalmente delegáveis, foram delegadas no presidente da Câmara.

Releve-se ainda que os factos apresentados constituem claramente circunstância excepcional e urgente, em face da qual o Presidente da Câmara poderia decidir a matéria, ficando no entanto o acto administrativo sujeito a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática.

Esta possibilidade está expressamente prevista no n.º3 do artigo 68.º da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deste modo somos de parecer que:

Ao abrigo do no n.º3 do artigo 68.º da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro, poderá o Presidente da Câmara Municipal pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, devendo no entanto sujeitar o tal acto a ratificação, na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade.

Ainda assim, atenta a aprovação pela Câmara Municipal da delegação de todas as competências legalmente delegáveis, no Presidente da Câmara, afigura-se-nos que bastará dar conhecimento na primeira reunião após a sua prática, nos termos do artigo 65.º n.º3 da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro.

À consideração superior,
O Jurista,
(Edgar J. Domingues, Dr.)
04.03.2011

DESPACHO
Tomei conhecimento
2011.03.07
Mário Monteiro, Eng.º
(Chefe de Divisão O.P.M.)
Obs.: Juntar ao Processo.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ratificação do Despacho do Senhor Presidente, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

**Ponto 8. ACÇÃO SOCIAL – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL
. RSI - RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO/PARTICIPAÇÃO
- Apoio à Reabilitação de Habitações Degradadas**

***5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Março de 2011***

Foi presente a seguinte Proposta:

Proposta

ASSUNTO: ACÇÃO SOCIAL - APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL

**❖ RSI – RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO / PARTICIPAÇÃO
- Apoio à Reabilitação de Habitações Degradadas**

No âmbito do assunto em epígrafe, em reunião de Câmara de 13.12.2000, foi deliberado aprovar, numa primeira fase, para cada situação já apoiada pela Segurança Social, a atribuição de uma comparticipação correspondente à verba em falta para a conclusão de obras em habitações degradadas, até ao montante máximo de 500.000\$00 (2.493,99 €).

Este valor foi actualizado para 2.500 € em reunião de Câmara de 18.03.2004.

Esta tem-se revelado uma forma concreta e objectiva da Câmara Municipal apoiar situações previamente acompanhadas, avaliadas e apoiadas pela Segurança Social no sentido de, complementando esforços, se poderem concretizar as obras necessárias em habitações degradadas pertencentes a famílias carenciadas do Concelho. Naturalmente, estas situações são também acompanhadas pelas Juntas de Freguesia.

Neste quadro, foram já apoiados pela Autarquia trinta casos concretos, de diferentes Freguesias, quer no âmbito do PDIAS, quer do RSI.

Os Serviços de Segurança Social de Soure apresentaram à Autarquia um pedido de apoio à habitação, relativo a um agregado familiar, cuja situação tem vindo a ser acompanhada pelo RSI.

Assim, tendo em conta a situação exposta e as deliberações de 13.12.2000 e de 18.03.2004, proponho que se atribua a esta família, que se encontra em situação socio-económica fragilizada, o seguinte apoio:

- **MÁRIO FERNANDO RODRIGUES DOS SANTOS**, residente em Alfarelos - Freguesia de Alfarelos
 - Um apoio de **1.200,00 €**, correspondente à verba em falta para a conclusão da obra.

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)

* Por Delegação e Subdelegação de Competências, Despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara de 06.11.2009

24.02.2011

O Senhor Presidente referiu que: “trata-se de uma proposta concreta de apoio a mais um caso de uma habitação degradada, devidamente caracterizado pelo

***5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Março de 2011***

Gabinete de Acção Social e também apoiado pela Segurança Social com 200,00 euros... o Município de Soure irá contribuir com um apoio no montante de 1.200,00 euros, correspondente à verba em falta para a conclusão da obra, cujo valor estimado é de 1.400,00 euros...”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno.-----

Ponto 9. SAÚDE – ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE

- . CONSTRUÇÃO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DA FREG. DE SAMUEL
- Concurso Público
- . Erros e Omissões

Foram presentes as seguintes Informações:

Assunto: Saúde – Acções no Âmbito da Saúde

- Construção da Extensão de Saúde da Freguesia de Samuel - Conclusão**
- Concurso Público
- Erros e Omissões

No âmbito do procedimento em assunto foi apresentada uma lista de erros e omissões, ao abrigo do n.º 1 do artigo 61.º do CCP.

De acordo com a análise efectuada foram considerados rejeitados todos os erros e omissões apresentados.

Considerando que:

1. Com a apresentação de qualquer lista de erros e omissões nos termos do n.º 1 do artigo 61.º do CCP, suspende-se, de acordo com o previsto no n.º 3 do atrás aludido artigo, em 05 de Março de 2011, o prazo fixado para apresentação de propostas, até à publicitação da (s) decisão (ões) que couber à (s) mesma (s).
2. O prazo para apresentação de propostas terminaria em 08 de Março de 2011... ora, nos termos do n.º 5 do artigo 61.º do CCP, até ao termo daquele prazo a Câmara Municipal deveria pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados.
3. No que toca à definição da competência legal para a tomada desta (s) decisão (ões), foi solicitado parecer jurídico, que juntamos.

***5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Março de 2011***

Propõe-se:

- 1) A aprovação da rejeição de todos os erros e omissões apresentados pelo interessado.**
- 2) A publicitação urgente dessa decisão na plataforma electrónica com notificação a todos os interessados, sendo que se reiniciará no imediato a contagem do prazo para apresentação de propostas.**

À consideração superior
(Mário Monteiro, Eng.º)
(Chef. Div. O.P.M.)
2011-03-07

DESPACHO
De Acordo
À Reunião de Câmara
2011.03.07
(João Gouveia, Dr.)
Presidente de Câmara

e

Assunto: CONCURSO PÚBLICO - EXTENSÃO DE SAÚDE DE SAMUEL
LISTA DE ERROS E OMISSÕES
COMPETÊNCIA PARA A DECISÃO

Relativamente às dúvidas/questões que nos foram colocadas sobre o assunto em epigrafe, pelo Chefe de Divisão de Obras Públicas, somos a informar.

O n.º5 do artigo 61.º do CCP prevê que até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificadas pelos interessados.

Ora, no presente concurso público de empreitada de obras públicas, o órgão competente para a decisão de contratar é a Câmara Municipal.

O termo do prazo para a apresentação de propostas, e igualmente para decidir os erros e as omissões identificadas pelos interessados, termina amanhã dia 08/03/2011.

***5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Março de 2011***

Atenta a proximidade do prazo, seria muito difícil ou mesmo impossível, reunir, ainda que extraordinariamente, o executivo municipal para se pronunciar sobre a matéria em questão, sendo certo, que por deliberação da Câmara Municipal de 06/11/2009, todas as competências legalmente delegáveis, foram delegadas no presidente da Câmara.

Releve-se ainda que os factos apresentados constituem claramente circunstância excepcional e urgente, em face da qual o Presidente da Câmara poderia decidir a matéria, ficando no entanto o acto administrativo sujeito a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática.

Esta possibilidade está expressamente prevista no n.º3 do artigo 68.º da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deste modo somos de parecer que:

Ao abrigo do no n.º3 do artigo 68.º da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro, poderá o Presidente da Câmara Municipal pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, devendo no entanto sujeitar o tal acto a ratificação, na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade.

Ainda assim, atenta a aprovação pela Câmara Municipal da delegação de todas as competências legalmente delegáveis, no Presidente da Câmara, afigura-se-nos que bastará dar conhecimento na primeira reunião após a sua prática, nos termos do artigo 65.º n.º3 da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro.

À consideração superior,
O Jurista,
(Edgar J. Domingues, Dr.)
04.03.2011

DESPACHO
Tomei conhecimento
2011.03.07
Mário Monteiro, Eng.º
(Chefe de Divisão O.P.M.)
Obs.: Juntar ao Processo.

Deliberada, por unanimidade, aprovar a ratificação do Despacho do Senhor Presidente, conforme decorre das informações técnicas dos serviços.-----

Ponto 10. URBANISMO E URBANIZAÇÃO

- . CONCEPÇÃO/EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DOS BACELOS - 3.ª FASE
- . REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENTRE OS RIOS ANÇOS E ARUNCA
- . Segunda Ponte Pedonal sobre o Rio Arunca

***5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Março de 2011***

- Homologação de Auto de Recepção Provisória

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONCEPÇÃO / EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DOS BACELOS – 3ª FASE
REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENTRE OS RIOS ANÇOS E ARUNCA
SEGUNDA PONTE PEDONAL SOBRE O RIO ARUNCA
RECEPÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **03.09.2010**, à empresa **António José P. C. Pedroso, Lda**, pelo valor de **27.850,07 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
09.03.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a homologação da presente auto de recepção provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

Ponto 11. URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO
. REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENTRE OS RIOS ANÇOS E ARUNCA
. Candidatura // QREN - mais CENTRO
- Aprovação “Definitiva” da Alteração N.º 1

O Senhor Presidente referiu que: “numa das últimas reuniões, tomámos conhecimento da aprovação condicionada da Alteração nº. 1 (Reprogramação Temporal e Financeira a esta Candidatura já aprovada... Agora trata-se de tomarmos conhecimento da sua aprovação definitiva!!!...”

Foi tomado conhecimento.-----

Ponto 12. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES
. A1 - Auto-Estrada do Norte
. Sublanço Pombal/Condeixa
. Nó de Soure

**5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Março de 2011**

24.02.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a subscrição da proposta de Protocolo.-----

13.2. Curso Profissional - Técnico de Informática de Gestão

Foi presente a seguinte Proposta:

Proposta

Assunto: RECURSOS HUMANOS



No âmbito do funcionamento do curso em epígrafe, no Instituto Pedro Hispano, este propôs à Câmara Municipal que autorizasse a inserção de **dois alunos**, num estágio, a decorrer nos Serviços da Câmara Municipal, de 06 a 23 de Junho de 2011.

Este curso, que prevê a obrigatoriedade, em contexto real de trabalho, de um estágio, permitirá aos alunos que o frequentam a obtenção de um diploma de conclusão do 12.º Ano de Escolaridade e de um Certificado Profissional de Nível 3.

Note-se que esta é uma resposta concreta a uma necessidade identificada no Diagnóstico Social do Concelho, no âmbito da Rede Social e a um dos Projectos Estruturantes do Plano de Desenvolvimento Social - PONTES PARA A VIDA -, que aponta, especificamente, para o acesso a uma oferta educativa diversificada, devendo existir articulação entre a oferta educativa e as entidades empregadoras.

Neste quadro, proponho que se autorize a realização dos estágios a dois alunos do Instituto Pedro Hispano, os quais não constituem para a Autarquia qualquer tipo de encargo.

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)

* Por Delegação e Subdelegação de Competências, Despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara de 06.11.2009

***5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Março de 2011***

24.02.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a subscrição da proposta de Protocolo.-----

Ponto 14. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

. Empréstimo a Médio/Longo Prazo

- Financiamento de 5 (cinco) Projectos c/ Participação de Fundos Comunitários**

Foi presente a seguinte informação:

INFORMAÇÃO / RECOMENDAÇÃO

ASSUNTO: ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

EMPRÉSTIMO A MÉDIO / LONGO PRAZO

- FINANCIAMENTO DE 5 (CINCO) PROJECTOS C/ PARTICIPAÇÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS**

1 . NATUREZA E OBJECTIVO DO EMPRÉSTIMO

Esta informação visa a contratualização de um empréstimo bancário a médio e longo prazo, no âmbito do financiamento de **Projectos com participação de Fundos Comunitários**, nos termos do n.º 6 do artigo 39º da Lei das Finanças Locais – Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

Assim, nesta ambiência legal, o Município de Soure visa obter financiamento, no montante máximo de 75% do valor da participação pública nacional necessária à execução dos seguintes Projectos co-financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER):

Desporto e Tempos Livres

- Pavilhão Desportivo Municipal em Granja do Ulmeiro

Saúde

- Extensão de Saúde de Samuel

Habitação, Urbanismo e Urbanização

- Requalificação do Espaço entre os Rios Anços e Arunca

Comunicações e Transportes

- Beneficiação do CM 1113 entre Vila Nova de Anços e o Limite do Concelho

***5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Março de 2011***

- Beneficiação da EM 622, Pedrógão do Pranto/Limite do Concelho.

Este empréstimo, face ao previsto nos artigos 37º e 39º da Lei das Finanças Locais - Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, **poderá ser excepcionado dos limites de endividamento do Município**, dependendo tal de autorização por despacho do Ministro das Finanças, o que já foi solicitado.

Projecto	Data homologação da Candidatura	Investimento Total	Investimento Elegível	Compart. Comunitária	Compart. Município	Montante Empréstimo a contratar
Pavilhão Desportivo Municipal em Granja do Ulmeiro	20-07-2010	1.004.550,87	1.004.550,87	803.640,70	200.910,17	150.682,63
Extensão de Saúde de Samuel	23-03-2010	480.459,67	380.173,64	266.121,55	214.338,12	160.753,59
Requalificação do Espaço entre os Rios Anços e Arunca	30-07-2010	835.240,98	835.240,98	661.886,71	173.354,27	130.015,70
Beneficiação do CM 1113 entre Vila Nova de Anços e o Limite do Concelho	06-05-2010	737.380,01	737.380,01	589.904,01	147.476,00	110.607,00
Beneficiação da EM 622, Pedrógão do Pranto/Limite do Concelho	06-05-2010	567.831,62	567.831,62	444.952,86	122.878,76	92.159,07
Total		3.625.463,15	3.525.177,12	2.766.505,83	858.957,32	644.217,99

Concretizando, é sugerida uma operação que consista na contratualização de um empréstimo a médio e longo prazo, no valor de **644.217,99€**, montante máximo do crédito excepcionado, com a seguinte decomposição:

- 150.682,63€ para financiar o Pavilhão Desportivo Municipal em Granja do Ulmeiro;
- 160.753,59€ para financiar a Extensão de Saúde de Samuel;
- 130.015,70€ para financiar a Requalificação do Espaço entre os Rios Anços e Arunca;
- 110.607,00€ para financiar a Beneficiação do CM 1113 entre Vila Nova de Anços e o Limite do Concelho;

5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 17 de Março de 2011

- 92.159,07€ para financiar a Beneficiação da EM 622, Pedrógão do Pranto/Limite do Concelho.

2 . ENQUADRAMENTO JURÍDICO/NORMATIVO

Esta operação de financiamento decorre do previsto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 38º da Lei das Finanças Locais - Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, conjugado com o n.º 6 do artigo 39º da referida Lei.

3 . ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

A oportunidade e necessidade da materialização desta proposta, decorrem daquilo que os órgãos municipais aprovaram em tempo próprio a nível de investimento municipal, naturalmente consubstanciado no PPI - Plano Plurianual de Investimentos.

A justificação desta operação, do ponto de vista técnico e económico, é a mesma que, coerentemente, tem vindo a ser explicada quando tratamos de financiamento ao investimento, ou seja:

- Ajustar a dinâmica do investimento à lógica dos possíveis e adequados mecanismos financeiros;
- Compatibilizar o período de amortização dos investimentos com a durabilidade dos capitais que os financiam, por forma a dar cumprimento à regra de equilíbrio financeiro mínimo, prescrita pela ciência económica;
- Distribuir os custos por vários exercícios, de maneira cautelar e equilibrada, tendo em vista prevenir estrangulamentos de tesouraria.

4 . BREVE CARACTERIZAÇÃO DO EMPRÉSTIMO A CONTRATAR

- **Finalidade:** Investimento;
- **Montante:** Até 644.217,99€;
- **Prazo do empréstimo:** 20 anos;
- **Período de utilização:** até 1 ano;
- **Período de diferimento:** sem carência de capital;
- **Pagamento de Juros e Reembolso de Capital:** em prestações mensais, sucessivas e constantes de capital e juros
- **Taxa de juro:** a resultante da proposta que vier a ser aprovada.

5. CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO DO MUNICÍPIO

De acordo com a ambiência legal aplicável, tendo como base a evolução decorrente dos mapas demonstrativos da capacidade de Endividamento que têm sido enviados trimestralmente à DGAL - Direcção Geral das Autarquias Locais, parece-nos evidente, quer a razão de ser, quer a viabilidade desta operação.

Data	Limite Endividamento 2010	Endividamento	Capital	Montante em excesso
------	---------------------------	---------------	---------	---------------------

***5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Março de 2011***

	Líquido	M/L Prazo	Líquido	M/L Prazo	em Dívida Excepcion ado	Líquido	M/L Prazo
	1	2	3	4	5	6 = 3-1	7 = 4-2
01-01-2010	11.408.372,98	9.126.698,38	11.130.659,99	8.072.065,01	665.788,26	-277.712,99	-1.054.633,37
31-03-2010			11.129.917,70	7.843.652,75	774.095,47	-278.455,28	-1.283.045,63
30-06-2010			11.126.644,95	7.615.175,65	885.427,45	-281.728,03	-1.511.522,73
30-09-2010			11.103.196,57	7.385.164,58	874.779,20	-305.176,41	-1.741.533,80
31-12-2010			10.899.027,35	7.155.165,40	848.536,96	-509.345,63	-1.971.532,98

6. SUGESTÃO / PROPOSTA

Em conclusão, sugere-se a aprovação da contratualização de um empréstimo de médio e longo prazo, com as características atrás indicadas.

Assim, conforme decorre do previsto no n.º 6, do artigo 38º da Lei das Finanças Locais, deverá ser efectuada uma consulta sobre as condições praticadas em pelo menos três Instituições de Crédito, sugerindo-se as seguintes:

- BES - Banco Espírito Santo
- BPI - Banco Português de Investimentos
- CCCAM - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo
- CGD - Caixa Geral de Depósitos
- Millennium BCP
- Santander Totta

O Técnico-Superior
(Ivo Costa, Dr.)
Soure, 11 de Março de 2011

O Senhor Presidente referiu que: “a exemplo do que fizemos com os Centros Escolares, agora trata-se de aprovarmos a Contratação de um Empréstimo, nos Termos da Lei, que deverá poder ir até 644.217,99 euros... concretamente, a Autarquia pretende contratar um empréstimo no montante máximo de 75% da comparticipação pública municipal para financiar os seguintes investimentos: Pavilhão Desportivo Municipal em Granja do Ulmeiro, Extensão de Saúde de Samuel, Requalificação do Espaço entre os Rios Anços e Arunca, Beneficiação do CM 1113 entre Vila Nova de Anços e o Limite do Concelho, e a Beneficiação da EM 622, Pedrógão do Panto/Limite do Concelho... Porquê estes cinco investimentos?... Porque são aqueles que já têm

*5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 17 de Março de 2011*

aprovadas, quer as respectivas Candidaturas ao QREN, quer as suas Adjudicações, bem como obtiveram os correspondentes Vistos do Tribunal de Contas...

Assim, proponho que se aprove a Contratação de um Empréstimo a Médio/Longo Prazo, para aplicação em Investimento no (co)financiamento de 5 (cinco) Projectos com Comparticipação de Fundos Comunitários.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Contratação de um Empréstimo a Médio/Longo Prazo, para aplicação em Investimento, no âmbito do financiamento de 5 (cinco) Projectos com Comparticipação de Fundos Comunitários, conforme decorre da informação técnica, económica/jurídica.-----
